

O SABER HISTÓRICO COMO O CALEIDOSCÓPIO DOS NOVOS TEMPOS

George Silva do Nascimento

gsnsilva@yahoo.com.br

PPGH-UFPB

Dos séculos XV ao XIX o mundo conhecido como *Ocidente* fez emergir e fundamentou o que chamamos de *ciência moderna*. Mais especificamente no século XVII, com a chamada Revolução Científica na Europa, foi possível aos homens estabelecer uma nova *episteme* que pudesse dar conta de representar todas as formas de saberes, sensibilidades e percepções humanas para àquele momento. Tempo no qual os horizontes – tanto visuais quanto conceituais – se alargaram de uma forma nunca, até então, pensada pelos homens.

As grandes navegações, os contatos com outros povos e culturas distintas promoveram “o alargamento dos limites do mundo” e expuseram “a limitação das doutrinas dos antigos” proporcionando assim a sistematização do saber empírico, a ruptura da física com a cosmologia, como também o abandono do senso comum, estes, entre tantos outros assim vencidos *obstáculos epistemológicos*, como identificou o filósofo francês Gaston Bachelard puderam dar espaço à emergência de um novo momento no campo do saber: o surgimento da dita *ciência moderna*

A ciência moderna não nasceu no campo da generalização de observações empíricas, mas no terreno de uma análise capaz de abstrações, isto é, capaz de deixar o nível do senso comum, das qualidades sensíveis e da experiência imediata.

Neste momento a matemática passa a exercer um lugar central na ciência moderna. Com isso duas conseqüências decorrem desta condição: em primeiro lugar “conhecer significa quantificar”. O Objeto do conhecimento científico só pode ser apreendido a partir do momento que ele pode ser medido pela sua recorrência, pela sua existência física, possibilitando assim a sua explicação. Como segunda conseqüência “o método científico assenta na redução da complexidade”. Pois, contraditoriamente, o objetivo do conhecimento científico ao buscar explicar o mundo e os seus fenômenos que nos cercam dá-se a partir do momento em que toda essa complexidade é dividida e classificada, sendo depois representada através de estruturas, que buscam uma relação de pertencimento à totalidade que foi isolada anteriormente.

Com isto se produzirá uma distinção que irá fundamentar toda a ciência moderna: de um lado as condições iniciais e de outro as leis da natureza. Estes campos opostos do conhecimento podem ser resumidos como o lugar da complexidade de um lado e o da simplicidade do outro. No

primeiro, isola-se e se estabelece o que há de relevante a ser observado e no segundo, logo após o procedimento anterior, busca-se uma regularidade na qual se possa verificar, tipificar e identificar com precisão o objeto .

Observa-se assim que o objetivo do conhecimento científico moderno é simplificar a complexidade, tendo como resultado – se formos bem sinceros em perceber isso – um conhecimento tanto quanto pobre em relação às suas ambições. Enquadrando os fenômenos dentro de uma regularidade, digamos mecânica, a ciência moderna passa-se a perguntar como funcionam as coisas “em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas”, pretendendo assim não só “prever o comportamento futuro dos fenômenos”, tanto físico como sociais, mas também “a idéia de ordem e estabilidade do mundo, a idéia de que o passado se repete no futuro”, ou seja, um domínio total do tempo e da natureza pelo homem .

Outra característica marcante decorrente deste novo momento do conhecimento científico é a percepção e o enquadramento do mundo físico como uma máquina: a mecânica newtoniana, “que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo”, que conseqüentemente se converterá num dos alicerces da idéia de progresso emergente na Europa do século XVIII. Esta condição histórica é ponto central da manifestação intelectual e social da burguesia que ao atribuir-se do determinismo mecanicista como horizonte de apreensão do mundo “pouco a pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade” nas suas interpretações. Portanto, a pretensão da ciência moderna era muito mais dominar do que compreender .

Esta idéia de progresso do conhecimento acaba se ajustando perfeitamente com as idéias de conhecimento como algo cumulativo e a de “aceleração da história” . Os fenômenos, os acontecimentos, ou os fatos, assim como queriam tanto as ciências naturais como as ciências sociais no século XIX – principalmente a história – transcorreriam de forma sucessiva, como se o tempo e o conhecimento seguissem uma direção linear, constante, avante a um destino e um fim determinados.

Buscando se desvencilhar – embora não alcançado este propósito totalmente – deste tipo de história pautada num domínio não humano das condições e dos acontecimentos históricos, de uma percepção das experiências humanas sobre o tempo como algo linear, cumulativo e conseqüentemente teleológico, que desembocavam numa idéia de envelhecimento da humanidade, que fundamentou quase todas as filosofias da história, o século XIX se tornará cenário e ponto de partida do momento no qual a história se institucionaliza como saber autônomo, como ciência estabelecendo suas bases epistemológicas e metodológicas próprias.

Dentre os “projetos de história científica” que emergiram neste século, o Historicismo, nome pelo qual ficou conhecida a perspectiva temporal encarada agora pelos historiadores, figurou por um bom tempo entre um dos mais fortes pressupostos utilizados pela história na defesa de seu caráter de ciência tanto quanto as ciências naturais.

Aqui se deu o nascimento de uma nova consciência histórica: a que enfatiza as “diferenças humanas no tempo”. Em princípio, o historiador não quer fundir passado, presente e futuro: a história “científica” buscará diferenciar as duas dimensões “objetivas” do tempo, passado e presente, e tenderá a não profetizar sobre o futuro. Como conhecimento das diferenças humanas a história científica dará ênfase ao evento: irrepetível, singular, individual, com seu valor intrínseco, único.

Ou seja, o historicismo encara toda e qualquer experiência humana como histórica, como produto do seu tempo, evento único e singular. O historicismo rejeita qualquer essência inumana a conduzir a história da humanidade a um determinado fim. Para os historiadores que defendiam esta perspectiva temporal algumas características do fazer destes agora profissionais instituídos foram buscadas a partir do modelo das ciências naturais. Entre elas o rigor do método na análise dos documentos. L. Von Ranke na Alemanha inicialmente e Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos na França, posteriormente, lançaram as bases epistemológicas e metodológicas desta história metódica, mais conhecida como “positivista”, entre elas a separação total do sujeito que investiga com o objeto a ser examinado, pretendendo assim uma impessoalidade e uma objetividade no intuito de se alcançar a verdade objetiva; os fatos históricos têm sua existência própria e cabe ao historiador apenas evidenciá-los dentro da documentação sem, portanto, exprimir qualquer juízo de valor:

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador ao seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer “tais como são”. Passivo, o sujeito se deixa possuir pelo seu objeto, sem construí-lo ou selecioná-lo. É uma consciência “recipiente”, que recebe o objeto exterior em si, ou uma consciência “espelho”, que reflete o fato tal como ele é, ou, ainda, uma consciência “plástica”, que toma a forma dos objetos que se apresentam diante dela. Para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural.

Talvez aqui um paradoxo da perspectiva historicista. Se toda e qualquer experiência humana é histórica e produto de seu tempo porque o fazer historiográfico não pode ser encarado como algo

também determinado pelas condições históricas de seu tempo, nessa condição, muito mais subjetivo do que se pensa, sendo assim impossível de se desvencilhar do seu presente?

Porém é necessário ressaltar que a história produzida neste momento é uma história repleta de intenções, principalmente políticas, na medida em que a França e principalmente a Alemanha viviam um momento de ordenamento político, da necessidade da justificação e do fortalecimento de suas unidades nacionais e o discurso histórico foi fundamental para se alcançar esses objetivos .

Da mesma forma o valor que se dava aos documentos pelos historiadores da escola metódica não era tão subserviente como se pensa nem a subjetividade totalmente abolida do fazer historiográfico daquele momento. O que se buscava era um controle da subjetividade pelo próprio historiador. Segundo Antoine Prost o historiador metódico tinha “consciência de que a história é construção”. Neste momento a história tinha muito mais “uma escritura puramente ascética e uma preocupação essencialmente didática” do que uma preocupação voltada a se entender e caracterizar as atividades reguladoras da escrita da história, como o intuito era separar-se de vez da literatura e da filosofia da história o rebuscamento discursivo mudaria a direção de sentido da busca da verdade, intenção maior do historiador .

Contudo, o paradigma científico dominante, encontra-se desde o final do século XX em crise. Há uma multiplicidade de condições sociais e teóricas que proporcionam este momento de questionamento dos preceitos científicos dominantes durante um bom tempo no universo científico moderno. Um dos aspectos mais evidentes e por ser desta forma talvez o mais rico de significados advenha do próprio âmago, do interior do campo científico, pois quanto mais o paradigma dominante avança em seus conhecimentos, mais evidente tornou-se a percepção da “fragilidade dos pilares em que [ele] se funda” .

As condições teóricas que proporcionaram o abalo das estruturas do paradigma científico dominante podem ser elencadas em quatro pontos sendo o primeiro a compreensão da relatividade da ocorrência dos fenômenos físicos a partir de Einstein, como segunda condição a mecânica quântica com suas assertivas sobre a interferência do sujeito na observação do objeto, como “Heisenberg e Bohr demonstram que não é possível observar ou medir um objecto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objecto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou”; além dos questionamentos ao rigor da matemática, que é um saber que como todos os outros se estabelece por um critério de seletividade como também os avanço da microfísica, da biologia e da química nos últimos anos, tendo como exemplo marcante as

teorias do físico-químico Ilya Prigogine sobre as transformações espontâneas da matéria completam as quatro condições de questionamento do paradigma dominante .

Contudo, os espaços nos quais a ciência foi se agregando e construindo nos últimos tempos, principalmente desde o final da primeira metade do século XX evidenciam dois aspectos contraditórios da mesma, pois a cada momento que a ciência multiplica o seu conhecimento e desenvolve novas técnicas, mais dispersa vai se tornando a sua capacidade de controle ético de seus avanços. Mostrando-se em diversos momentos muito mais ligada aos interesses econômicos e militares – como argumento mais evidente é só nos voltarmos aos momentos de conflitos armados entre diversos países no tempo moderno onde os embates mais diretos, materialmente falando, mostram com clareza quem tinha um resultado mais eficaz a partir da eficiência dos respectivos recursos tecnológicos – dos grandes centros de poder do mundo capitalista, os princípios de colaboração, cooperação e contribuição ao bem estar da humanidade, – para não soarmos tão idílicos – algo sonhado desde a própria Revolução Científica no século XVII foram deixados de lado, tornando os espaços científicos muito mais restritos e voltados ao desenvolvimento dos países ricos em detrimento dos mais pobres .

Todos estes questionamentos colocaram na pauta dos pesquisadores das várias áreas do conhecimento a crise do paradigma científico dominante e a necessidade, como também a sensação de já estar sendo vivenciado, um novo paradigma a reger o mundo científico. Diferentemente da Revolução Científica ocorrida a mais ou menos quatro séculos atrás, esta que se inicia, dentro de uma sociedade já revolucionada pela ciência vem conciliar dois mundos que até então pareciam distantes: o científico e o social. Este paradigma que emerge a partir dos questionamentos da ciência dita pós-moderna vem no intuito de ser um “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” no qual o conhecimento vem a ser o elo de conciliação prática entre a ciência e o social na busca de uma vida, digamos, melhor .

Segundo o autor citado, quatro características, ou teses, da ciência pós-moderna foram essenciais para a percepção e a atuação desta nova forma de se fazer ciência. Como primeira o autor esclarece que “todo conhecimento científico-natural é científico-social”, querendo evidenciar que embora as ciências naturais tenham reforçado tanto a sua diferença e distinção com relação às ciências sociais a sua inteligibilidade só é alcançada a partir de elementos discursivos próprios das ciências sociais; no paradigma emergente “o conhecimento é local e total”, o momento agora é o de não decompor o real para compreendê-lo, mas sim de buscar uma totalidade a partir de um aspecto local no intuito deste conhecimento tornar-se útil a um determinado grupo social como segunda evidência .

O sujeito na ciência moderna tinha um papel extremamente coadjuvante, senão figurante, dentro do conhecimento, a objetividade era defendida na medida em que se pensava que a não interferência do sujeito na investigação produziria um conhecimento mais objetivo e próximo do real investigado, contudo “nossas trajetórias de vida pessoais e coletivas, valores e crenças são prova do nosso conhecimento, sem o qual nenhuma pesquisa teria serventia”, nesse caso com as observações do pós-estruturalismo e da física quântica o sujeito retorna ao centro da investigação na medida em que se compreendeu que “o objeto é a continuação do sujeito” e que “por isso, todo conhecimento científico é auto-conhecimento”, portanto “a ciência não descobre, cria” e como última característica do novo paradigma que se especula vem na busca de converter o conhecimento científico num conhecimento prático. A ciência moderna edificou-se contra o senso comum e com isso perdeu, ou até então nunca encontrou, a aplicação prática do conhecimento em favor de uma melhor existência humana, característica sempre presente no senso comum. Embora o senso comum tenha a sua face mistificadora e conservadora também possui “uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada com o diálogo com o conhecimento científico” .

Portanto, não é que se deixe de lado o conhecimento científico em favor do senso comum, mas que os dois possam convergir num único intuito que é o de “orientarmos as nossas ações e darmos sentido à vida”, construindo uma nova racionalidade na qual os conhecimentos se entrecruzem, onde o rigor é deixado de lado e a pluralidade de saberes desponta no horizonte, que é agora o de não apenas “alargar as nossas perspectivas de sobrevivência” – que foi o que alcançamos com a ciência moderna – mas de sim procurarmos “saber viver”, por isso “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum” .

No campo historiográfico, desde Homero, a ciência histórica tem como objetivo registrar as experiências humanas no tempo, contudo as formas como isto foi e é buscado mostram não só o Homem como ser histórico, temporal e finito, mas também a própria forma de construção do saber historiográfico como algo temporal, fruto de um determinado momento, portanto, histórico.

Se no século XIX a história se institucionalizou como ciência e teve como algumas de suas características o distanciamento do sujeito que investiga em relação ao objeto indagado – característica comum a todas as ciências deste momento e não só da história – como também os documentos escritos e oficiais como únicas fontes possíveis de evidenciação de uma realidade histórica possível de ser revelada através da simples e pura descrição das mesmas, tal qual aconteceu, entre outras características exemplificadas anteriormente vieram a dar lugar no século XX a uma profusão de formas de se fazer/escrever a história nunca pensadas até então.

Foi no século XX que se tornou claro para os historiadores que o homem não só é produtor, sujeito histórico como também é produto, objeto da história. Entendeu-se também que o passado não é possível de ser descrito ou revivido da mesma forma quando era presente, que o passado não é um ser que nos espreita ou nos segue como sombra, que o presente é ponto de partida e de chegada de nossas inquietações, que o passado é presente na medida em que o que temos de mais concreto hoje é fruto de uma construção, de uma sedimentação, embora tudo o que veio a constituir este presente não tenha sido de uma forma contínua e linear. Os historiadores perceberam que as experiências humanas no decorrer do tempo tiveram seus altos e baixos e que fazer juízos de valor sobre determinado tempo à luz de nosso presente nos faz desembocar num anacronismo que coloca por terra todo o esforço de compreensão do fazer humano no tempo. Também foi no século XX que se percebeu que todo e qualquer vestígio material produzido pelo homem pode ser fonte para o conhecimento histórico multiplicando assim os sujeitos e os tempos, fazendo com que não só as sociedades que possuem uma cultura escrita tivessem história, que o que vem ser esta própria fonte como também o fato histórico é fruto de uma escolha, serial, metodológica e que por isso a história se faz não com a junção de fatos, mas com a percepção das condições de possibilidade que provocam determinado acontecimento; que o discurso produzido pelo historiador é fruto de um lugar, de um posicionamento social, político e epistemológico do historiador; compreendeu-se também que nem todos vivenciamos as nossas experiências da mesma forma e que porque determinada sociedade não possui algum recurso tecnológico ou uma específica forma de constituir a sua sociedade não quer dizer que umas sejam avançadas e modernas e outras atrasadas e antigas; o historiador do século XX – mesmo que tenha sido inicialmente com medo de perder o seu espaço ou de ser silenciado – encontrou no diálogo com outros saberes a possibilidade de alargar seus horizontes de compreensão. No século XX a própria forma de se fazer história – escrever história – do historiador passou a ser questionada e problematizada.

O historiador também não deixou de ser atacado por estas suas posições ou pelas que tinha anteriormente. Talvez ele tenha sido o sujeito que mais sofreu afrontas dentro do mundo científico. Seja porque sempre andou na corda bamba em cima do muro, segundo muitos ataques por ser indeciso, seja porque em certos momentos não deu ouvidos ao que um coro de cientistas e intelectuais dizia sobre o saber que produzia e a forma como produzia, ou por arrogância talvez. Arrogância por em certos momentos dizer que o que fazia era ciência assim como as ciências naturais a partir de uma metodologia inspirada nestas e que a história não era de forma alguma um tipo de arte, indeciso quando se afirmou como produto mediano entre a ciência e arte. O que vemos é que, no século XX e agora bem mais forte neste início do século

XXI, a história buscou e busca incessantemente livrar-se do fardo que segue muitos historiadores

A “zona de sombra”, o “trópico” do discurso histórico vem a ser esse elemento da escrita da história que o historiador ainda não escapou: a busca do real, da realidade, do acontecido, do vivido. Por isso muitos historiadores, diante das recentes discussões provocadas pelo estruturalismo e pós-estruturalismo, sentem-se incomodados pelos questionamentos do estatuto científico ou não da história, se a escrita da história não mais é do que uma forma de literatura, ou seja, de arte.

A literatura, sempre negada pela história, rebaixada a algo menor, principalmente pelo fato de ter como mote e resultado a ficção, a invenção dos fatos, passou a ser vista de uma nova forma – não pelos historiadores inicialmente – pelos estruturalistas que perceberam que os historiadores ao construir os seus textos se utilizavam de procedimentos lingüísticos para a edificação de suas noções de temporalidade e de espaço e que, por seus argumentos só tomarem forma através da palavra escrita isso não diferia muito da operação realizada pelos romancistas na construção de seus enredos e discursos.

Desde que o estruturalismo e a chamada virada lingüística colocaram a linguagem e a narrativa no centro das discussões, no campo das Ciências Sociais, os historiadores vem se debatendo com o fato de que escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos.

Mais um motivo para a discussão. E para a defesa, dos historiadores, de que a história lida com e busca a verdade, se é de fato que apenas através de uma construção discursiva que os fatos, os acontecimentos e as transformações da sociedade são apresentados pelo historiador, isso não exige a veracidade dos fatos comprovados através de uma documentação e de um uso sistemático e preciso dos dados contidos na mesma. Fatores que a literatura, segundo alguns historiadores, não faz. Daí a defesa da história de seu lugar como discurso da verdade e da literatura com seu discurso, pelo menos senão da mentira, da imaginação.

Não podemos negar diante de todo este panorama que vivemos num momento de crise epistêmica, de rupturas e edificações – por que não – paradigmáticas. Essa guerra – saudável – científica na qual lutam de um lado os paradigmas hegemônicos e de outro os paradigmas emergentes é fruto de um momento no qual precisamos de um novo modelo de racionalidade que não seja o da ciência moderna. De uma racionalidade que compreenda o mundo e não o manipule, de uma racionalidade que faça nos vermos como natureza e não como algo que deve superá-la, de uma racionalidade que não se autoproclame como a única forma possível de se

conhecer a realidade, de uma racionalidade que não domine, mas que contribua – e não é utopia – a um viver melhor.

Talvez então nos sirva o que disse Paolo Rossi ao falar sobre o surgimento da ciência moderna na Europa. Segundo o autor os historiadores procuram evidenciar a multiplicidade (diversidade) das formas de pensar do homem ao longo do tempo, para isso é preciso esquecer o que sabemos: “Quando nos aproximamos de um pensamento que não é o nosso se torna importante tentar esquecer aquilo que sabemos ou pensamos saber” . Esquecer o que sabemos é dar espaço a um saber novo.

E uma mente do século XX, dentre tantas outras, que embora ainda atacada por muitos historiadores – afinal de tanto serem bombardeados os historiadores também aprenderam a guerrear e produziram seu próprio arsenal, aliás, um dos melhores – pode servir como exemplo de alguém que pôde, não só à história, mas ao conhecimento humano como um todo contribuir para a construção desta nova forma de saber: o filósofo Michel Foucault.

Foucault trouxe discussões ao campo historiográfico até então antes não pensadas. Para ele a história é uma prática de pesquisa que não busca as origens, pois no início não está a unidade e sim a dispersão; a história não é um processo contínuo, a história é o que acontece e o acontecer é imprevisível; para ele a história é fruto de diferentes movimentos que se encontram e se dispersam; Foucault percebeu que o historiador também é sujeito da história, ele participa dela, seja por ser fruto como também por ser produtor, seja dela como evento ou como discurso; Foucault compreendeu que tanto os objetos como os sujeitos históricos são construção, são invenções produzidas por imagens e por discurso; Foucault percebeu – provavelmente através da filosofia hermenêutica – que o que dá forma e sentido ao mundo é a linguagem; para ele a atenção do historiador deve estar voltada para a multiplicidade de elementos que resultam num acontecimento e não procurar os porquês dos fatos; para ele o conhecimento histórico é uma interpretação e por isso emerge de um trabalho de construção de simulacros, de representação do real e não de reprodução; por isso para Foucault “a História é um saber perspectivo” , embora é necessário ressaltar que desde o século V a.C. Heráclito reconhecia que tudo existe em constante mudança que o que constitui o mundo é o conflito, o embate o movimento, o caos, a eterna mudança e desde o século XVIII Kant considerava que a consciência humana interfere ativamente na realidade.

Portanto, quando Boaventura de Sousa Santos ao questionar o paradigma científico dominante propõe um paradigma emergente no qual as ciências sociais teriam um papel central nesta retomada do conhecimento, por achar que “a concepção humanística das ciências sociais”

colocará a natureza no centro da pessoa humana fazendo assim com que o conhecimento não só se volte ao que é humano, mas se torne um saber humano.

Por isso arriscamos aqui em apresentar a história, senão como foco principal deste movimento, pelo menos o ponto de partida para a percepção e a atuação das ciências nestes novos tempos, fazer da história o caleidoscópio deste momento que surge não como um instrumento que mirado à luz da Razão possa nos fornecer belas e repetidas imagens, mas sim uma ferramenta que ao mirarmos para o horizonte nos dê a possibilidade de compreendermos o espetáculo multiforme das experiências humanas e de suas representações no tempo, perceber que a cada movimento as imagens/histórias mudam, nunca são as mesmas e que embora elas pareçam simétricas, tudo não passa de uma ilusão formada a primeira vista, pois ao se aventurar neste jogo o historiador se deparará com as inúmeras e infinitas possibilidades de como a vida foi experimentada.